

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE PÚBLICA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE PÚBLICA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

<p>DISCIPLINA: CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL</p>
<p>EMENTA</p> <p>A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>
<p>AULA 1</p> <p>ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)</p>
<p>AULA 2</p> <p>REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO</p>
<p>AULA 3</p> <p>INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO RECEITA PÚBLICA DESPESA PÚBLICA ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</p>
<p>AULA 4</p> <p>ESTRUTURA DO PCASP NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)</p>
<p>AULA 5</p> <p>COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p>
<p>AULA 6</p> <p>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NOTAS EXPLICATIVAS CONSIDERAÇÕES FINAIS</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Estrutura conceitual da Casp: panorama geral e elementos das demonstrações contábeis Secofem/2019. Brasília, 2019a. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/779065/MOD_+01_Plano+de+Contas+Aplicado+ao+Setor+P%C3%BAblico+%E2%80%93%20PCASP.pdf/7cb790ef-e961-48b7-bbb4-77933e84fe0a.
- SOBRE A CONTABILIDADE pública. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6fIXO3V6-fM>.
- SOBRE O TESOURO Nacional. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ASbQY5uUH8>.

DISCIPLINA:
FRAUDES CONTÁBEIS E DOCUMENTAIS
RESUMO

O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentos, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO
FRAUDES
DOCUMENTOS
HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA

AULA 2

ESCRITA
PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA
LEIS DO GRAFISMO
A PERÍCIA

AULA 3

OS ELEMENTOS ESTÁTICOS
ELEMENTOS OBJETIVOS
ELEMENTOS SUBJETIVOS
TIPOS DE FALSIFICAÇÃO

AULA 4

EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES
FRAUDES CONTÁBEIS
LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES
CONCORRÊNCIA DESLEAL

AULA 5

O PAPEL DA AUDITORIA
LEI SARBANES-OXLEY
GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA
BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES
CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE

AULA 6

FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS

ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS
NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL
NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO
A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014

BIBLIOGRAFIAS

- BAER, L. Produção gráfica. São Paulo: Senac, 2005.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.asp.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

DISCIPLINA: PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

EMENTA

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É ACCOUNTABILITY

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 2

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA

ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA

ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

ACCOUNTABILITY VERTICAL

ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)

RESPONSABILIDADE E RESPONSIVIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 4

MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY

PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

RESPONSABILIDADE E RESPONSIVIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA

OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)

KPIS DE ACCOUNTABILITY

CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY

PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, E. B. Accountability tem a ver com cuidar do próximo. 2021. Disponível em: <https://inovadoresinquietos.com.br/blog/accountability-tem-a-vercom-cuidar-do-proximo>.
- OROFINO, M. A. Accountability: o que é e como colocá-la em prática na sua empresa. 2021. Disponível em: <https://www.mariaaugusta.com.br/accountability/>.
- SITEWARE. Accountability nas empresas: como aumentar o senso de responsabilidade na sua organização e impulsionar resultado. 2020. Disponível em: <https://www.siteware.com.br/blog/gestao-de-equipe/accountability-nasempresas/>.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

EMENTA

A contabilidade tem a potencialidade de gerar informações para os mais variados usuários e setores da economia. Nas entidades classificadas como de direito público, essa realidade não poderia ser diferente. Os dados gerados pela contabilidade, por exemplo, são responsáveis por evidenciar a quantidade de gasto do governo; áreas que estão consumindo maiores recursos; arrecadação pública; tributos que têm maior representatividade nas receitas públicas; dentre outras informações imprescindíveis para a gestão e o controle público. Todo esse conteúdo é evidenciado pela área da contabilidade chamada contabilidade aplicada ao setor público, que possui algumas especificidades, aderentes às necessidades do setor público. Falaremos sobre a designação dessa área no decorrer desta aula.

Não obstante, na área pública também existe uma preocupação relacionada à despesa e receita pública. Como, então, o governo autoriza e processa esses dispêndios e entradas de recursos? A propósito, esse registro é pelo regime de caixa ou de competência? No decorrer da aula, tentaremos trazer informações que irão auxiliá-lo a sanar essas e outras dúvidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

ORÇAMENTO PÚBLICO

CRÉDITOS ADICIONAIS

SUBSISTEMAS DE INFORMAÇÃO

REGIME DE CAIXA VERSUS COMPETÊNCIA

AULA 2

CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES
ESTÁGIO DA DESPESA
RESTOS A PAGAR
DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
LANÇAMENTO CONTÁBIL

AULA 3

CONCEITOS
CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA
ESTÁGIO DA RECEITA
RECEITA E LRF
LANÇAMENTO CONTÁBIL

AULA 4

PLANO DE CONTAS E LANÇAMENTOS BÁSICOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

AULA 5

BASE DE MENSURAÇÃO
AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
REAVALIAÇÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS

AULA 6

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)
EMPRÉSTIMOS E A LRF
LIMITES ESTABELECIDOS PELA LRF PARA OS GASTOS PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO
CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. Contabilidade Pública da Teoria a Prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- GELCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Manual de Contabilidade Societária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- KOHAMA, H. Contabilidade Pública – Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RESUMO

Com este material, pretendemos a assimilação de temáticas-chave de nossos estudos. Nesta aula, especificamente, queremos que sejam capazes de compreender a importância da estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis e as demonstrações e informações contábeis obrigatórias e não obrigatórias. De igual modo, trataremos sobre a diferenciação entre medidas GAAP e não GAAP, e o método empregado para realização da ADC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ESTRUTURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NÃO OBRIGATÓRIAS
MEDIDAS GAAP E NON-GAAP
MÉTODO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 2

ANÁLISE VERTICAL
ANÁLISE HORIZONTAL
ÍNDICES DE LIQUIDEZ
ÍNDICES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL
GERAÇÃO DE VALOR AO ACIONISTA

AULA 3

ÍNDICES DE ATIVIDADES – PRAZOS MÉDIOS DE ESTOCAGEM
ÍNDICES DE ATIVIDADES
AVALIAÇÃO DE CICLOS OPERACIONAIS
ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO
EFEITO TESOURA E OVERTRADE

AULA 4

ÍNDICES DE RENTABILIDADE: GIRO DO ATIVO E MARGEM LÍQUIDA
ÍNDICES DE RENTABILIDADE OU RETORNO DO ATIVO (ROA OU ROI)
ÍNDICES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU RETORNO DO CAPITAL PRÓPRIO (ROE)
EBITIDA (EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND
AMORTIZATION)
EVA® – ECONOMIC VALUE ADDED

AULA 5

ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF)
ALAVANCAGEM OPERACIONAL
ALAVANCAGEM TOTAL
PONTO DE EQUILÍBrio
ANÁLISE DE RENTABILIDADE PELO MODELO DUPONT

AULA 6

MODELOS DE PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
CONCEITOS E NORMATIVOS DE PARECER DAS ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise didática das demonstrações contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- _____. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- SILVA, A. A. da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DISCIPLINA:

ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE FISCAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ESTRUTURA DO ESTADO: PODER EXECUTIVO

TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS
PRINCIPAIS MODELOS DE ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO

AULA 2

PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS APLICADOS À LOA

AULA 3

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS
CRÉDITOS ADICIONAIS
CODIFICAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA CORRENTE
ESTÁGIOS DAS RECEITAS

AULA 4

DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
ESTÁGIOS DA DESPESA
RESTOS A PAGAR

AULA 5

CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL
SIAFI
REGIME CONTÁBIL DA RECEITA E DA DESPESA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 6

CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS
AO SETOR PÚBLICO
DÍVIDA PÚBLICA
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EXECUÇÃO E ORÇAMENTO

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

EMENTA

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO
PODERES ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DA LICITAÇÃO
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS
TIPOS DE CONTRATO
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodim, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

DISCIPLINA:
RESPONSABILIDADE FISCAL

EMENTA

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO

CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO

NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

LICITAÇÕES

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO

ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO PLANEJAMENTO

DA DESPESA PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS

SOBRE AS RECEITAS

SOBRE AS DESPESAS

SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIA

- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciori-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>.
- HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. rev. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- OLIVEIRA, F. J. A responsabilidade civil das empresas estatais. Jota, 20 set. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-dojosten/a-responsabilidade-civil-das-empresas-estatais-22092017>.

DISCIPLINA: PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL
EMENTA
Esta disciplina será desenvolvida sobre seis pilares: aspectos conceituais: definição da prática pericial, seu objeto, conceito, aspectos históricos, normas relativas à profissão de perito; aspectos normativos: obrigações normativas da profissão, incluindo as limitações e alcance, além do tratamento sobre os honorários e aspectos periciais da prova; técnicas empregadas: principais metodologias de trabalho relativas aos erros, fraudes, laudo pericial e parecer técnico; planejamento dos trabalhos: caminhos para a diminuição de riscos inerentes à profissão e planejamento inicial; execução dos trabalhos: exemplos de tipos de perícia aplicada à contabilidade; e conclusão dos trabalhos: processo de arbitragem.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ASPECTOS CONCEITUais DA PERÍCIA CONTÁBIL: CONCEITO, CARÁTER E OBJETO A PERÍCIA CONTÁBIL NO BRASIL E A CLASSIFICAÇÃO DAS PERÍCIAS NORMAS RELATIVAS À PROFISSÃO DE PERITO JUDICIAL: CARACTERÍSTICAS NORMAS RELATIVAS À PROFISSÃO DE PERITO JUDICIAL: RESPONSABILIDADES RECUSA DA NOMEAÇÃO, IMPEDIMENTOS OU SUSPEIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO
AULA 2 PERÍCIA INTERPESSOAL, INTERPROFISSIONAL, TRANSDISCIPLINARIDADE E FISCALIZAÇÃO ALÇADA DO PERITO, ATRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES NORMAS RELATIVAS À INDICAÇÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO HONORÁRIOS PROVA PERICIAL: FUNÇÃO E ÔNUS DA PROVA
AULA 3 PROVA PERICIAL: MEIOS E MODALIDADES ERROS, FRAUDE E CORRUPÇÃO LAUDO PERICIAL PARECER TÉCNICO METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TECNOLÓGICOS
AULA 4 QUESITOS RISCOS NA PERÍCIA SEGUNDA PERÍCIA E INSPEÇÃO JUDICIAL PLANO DE TRABALHO EM PERÍCIA CONTÁBIL DILIGÊNCIA
AULA 5 TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E TERMO DE OUVIDA DA PARTE SOBRE A DILIGÊNCIA TIPOS DE PERÍCIA: VARA CRIMINAL, DO TRABALHO E CÍVEL ESTADUAL TIPOS DE PERÍCIA: EXECUÇÕES FISCAIS, DE FAMÍLIA E NA JUSTIÇA FEDERAL TIPOS DE PERÍCIA: FUSÃO, CISÃO E INCORPORAÇÃO TIPOS DE PERÍCIA: MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E DE REAVALIAÇÃO DO ATIVO DO PL
AULA 6 NOÇÕES GERAIS SOBRE PERÍCIA NA ESFERA ARBITRAL ARBITRAGEM NO DIREITO EMPRESARIAL E COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS

INTERNACIONAIS

PRINCÍPIOS DE ARBITRAGEM

ATRIBUIÇÕES USUAIS DO ÓRGÃO ARBITRAL

REQUISITOS DA SENTENÇA ARBITRAL

BIBLIOGRAFIA

- _____. Resolução CFC n. 1.244, de 10 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1244_2009.htm.
- _____. NBC PP 02, de 21 de outubro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2016. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCPP02&arquivo=NBCPP02.doc.
- HOOG, W. A. Z. Prova pericial contábil: teoria e prática. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

DISCIPLINA:

O CONTADOR E A ÉTICA PROFISSIONAL

EMENTA

Suponha-se que um profissional contábil realize consultoria na área de custos e esteja negociando uma prestação de serviços com um grande cliente. Durante a negociação, obteve informações sigilosas a respeito da estrutura de custos de produção do cliente. No entanto, o contrato não foi firmado, isto é, os serviços do profissional não foram contratados. Então, o profissional contábil considerou-se desobrigado de guardar sigilo das informações obtidas na negociação com o grande cliente e comentou a situação com um amigo que estava planejando empreender no mesmo ramo daquele cliente. Nesse contexto, a atitude do contador foi ética? Qual o seu impacto social?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ÉTICA, MORAL E DIREITO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

TOMADA DE DECISÕES: RELAÇÕES ENTRE O LEGAL E O MORAL

FORMAÇÃO MORAL DE UMA ENTIDADE CORPORATIVA

A ENTIDADE E A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA ÉTICA

A RELAÇÃO ÉTICA DA ENTIDADE COM OS SEUS STAKEHOLDERS

AULA 2

NBC PG 100 (R1): PRINCÍPIOS ÉTICOS

NBC PG 100 (R1): INTEGRIDADE

NBC PG 100 (R1): OBJETIVIDADE

NBC PG 100 (R1): COMPETÊNCIA E ZELO PROFISSIONAIS

NBC PG 100 (R1): SIGILO PROFISSIONAL E COMPORTAMENTO PROFISSIONAL

AULA 3

NBC PG 200 (R1): CONFLITO DE INTERESSES

NBC PG 200 (R1): ELABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES

NBC PG 200 (R1): ATUAÇÃO COM COMPETÊNCIA SUFICIENTE

NBC PG 200 (R1): INTERESSES FINANCEIROS, REMUNERAÇÃO, INCENTIVOS

ASSOCIADOS AOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E TOMADA DE DECISÃO

NBC PG 200 (R1): INCENTIVO

AULA 4

NBC PG 300 (R1): CONFLITOS DE INTERESSES

NBC PG 300 (R1): NOMEAÇÃO E SEGUNDA OPINIÃO

NBC PG 300 (R1): HONORÁRIOS E OUTROS TIPOS DE REMUNERAÇÃO

NBC PG 300 (R1): INCENTIVOS

NBC PG 300 (R1): CUSTÓDIA DE ATIVOS DE CLIENTES E OBJETIVIDADE EM TODOS OS SERVIÇOS

AULA 5

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

FRAUDES VERSUS ERROS

PENALIDADES AO PROFISSIONAL CONTÁBIL

CONDUTAS IRREGULARES COMUNS À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONDUTAS IRREGULARES COMUNS AO BALANÇO PATRIMONIAL

AULA 6

ASPECTOS GERAIS DA POSTURA ÉTICA DO PESQUISADOR NA ÁREA CONTÁBIL

PLÁGIO

COPIADOR E PASTICHEIRO

AUTOPLÁGIO

REPERCUSSÕES DO PLÁGIO

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, M. C. C. de; WHITAKER, M. do C.; RAMOS, J. M. R. Fundamentos de ética empresarial e econômica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- CAMELLO, M.; RIBEIRO, O. M. Ética na contabilidade. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- SANTOS, F. de A. Ética empresarial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DISCIPLINA:

LEI DE REGISTROS PÚBLICOS

EMENTA

É preciso sempre ter em mente a diferença entre a atividade notarial e a atividade registral, sem embargo do aprofundamento que essas atividades terão no desenvolvimento das demais disciplinas deste curso. Referindo-se aos conjuntos de normas aplicáveis às atividades notarial e registral, chamados de direito notarial ou direito registral, Loureiro, 2016, p. 48) afirma: “[...] a única similitude entre um e outro direito é a finalidade precípua de ambos os microssistemas, que é a segurança jurídica preventiva [...]. E ainda conclui: “No que concerne ao modo de atuação, às competências e atribuições, há diferenças consideráveis nas normas que formam os direitos notarial e de registro” (Loureiro, 2016, p. 48). Portanto, o que percebemos é que a atuação dos agentes delegados no Brasil se dá na esfera de atribuições diferenciadas entre notários e registradores, cada qual atuando segundo atribuições que lhe são específicas para, ao final, ambos convergirem para o mesmo fim, qual seja, a segurança jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMPREENDENDO OS OBJETIVOS DO SERVIÇO REGISTRAL

PUBLICIDADE, AUTENTICIDADE, SEGURANÇA E EFICÁCIA DOS ATOS JURÍDICOS

O SERVIÇO REGISTRAL NA LRP E SUAS ATRIBUIÇÕES

CONCLUSÃO DA AULA E ANÁLISE DO CASE

AULA 2

DA ESCRITURAÇÃO

DO REGISTRO ELETRÔNICO

DA ORDEM DO SERVIÇO, DA PUBLICIDADE E CONSERVAÇÃO DOS ATOS

REGISTRAIS

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS REGISTRADORES

AULA 3

REGISTRO DE NASCIMENTO

REGISTRO DE CASAMENTO

PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE O REGISTRO DE ÓBITO

EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA

AULA 4

ESCRITURAÇÃO NO RCPJ

DO SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

A ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

ORDEM DO SERVIÇO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

AULA 5

DAS ATRIBUIÇÕES DO REGISTRO DE IMÓVEIS

O REGISTRO E A AVERBAÇÃO

DA ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS

DO PROCESSO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO

AULA 6

DOS TÍTULOS A SEREM REGISTRADOS NO REGISTRO DE IMÓVEIS

MATRÍCULA IMOBILIÁRIA, REGISTRO, AVERBAÇÃO E CANCELAMENTO

REGISTRO TORRENS E REGISTRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

DISPOSIÇÕES FINAIS DA LRP

BIBLIOGRAFIA

- DEBS, M. E. Legislação notarial e de registros públicos comentada. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- LOUREIRO, L. G. Registros públicos: teoria e prática. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.
- RODRIGUES, M. Tratado de registros públicos e direito notarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA:

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD

OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgrisolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.